



A Cades no Ceará e a formação de professores de Matemática nas décadas de 1950 e 1960: o que diziam os jornais?

Cades in Ceará and the education of Mathematics teachers in the 1950s and 1960s: what did the newspapers say?

Luiza Santos Pontello¹

Maria Laura Magalhães Gomes²

Resumo

Este artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa em andamento que tem por objetivo conhecer e analisar as ações de formação de professores de Matemática desenvolvidas pela Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário, Cades, no Ceará, nas décadas de 1950 e 1960. Inicialmente, explicitam-se as escolhas metodológicas e o caminho já percorrido na pesquisa. Em seguida, aborda-se a busca realizada nos arquivos e hemerotecas e seus respectivos resultados. Na seção seguinte, são detalhadas as notícias encontradas sobre os cursos da Cades no Ceará em periódicos que circularam no período pesquisado. Como resultados parciais relatamos que se identificaram, até o momento, poucos documentos nos arquivos, assim como poucas pesquisas sobre o tema no Ceará. Em contrapartida, os jornais expressaram que esses cursos foram importantes para a formação de professores secundários no estado.

Palavras-chave: Cades; Formação de Professores de Matemática; História da Educação Matemática; Jornais como fonte de pesquisa histórica.

Introdução

Apresentamos, neste texto, os resultados parciais de uma pesquisa em andamento que objetiva conhecer e analisar as ações de formação de professores de Matemática desenvolvidas pela Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário, Cades, no Ceará, nas décadas de 1950 e 1960. Inserida no contexto da História da Educação Matemática, HEM, a pesquisa integra o projeto de mapeamento da formação e atuação de professores que ensinam/ensinaram

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais; professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

² Professora Titular do Departamento de Matemática e Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG.

Matemática no Brasil, com o uso da História Oral, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa História Oral e Educação Matemática, Ghoem. Esse projeto caracteriza-se como “um projeto de amplo espectro que alia história oral, historiografia e práticas de formação e atuação de professores de Matemática e pretende, como o próprio título já indica, mapear a cultura matemática” (Garnica, 2015, p. 48).

A Cades foi criada em 1953 pelo então presidente Getúlio Vargas, com o objetivo de “promover, por todos os meios a seu alcance, as medidas necessárias à elevação do nível e à difusão do ensino secundário no país” (Brasil, 1953). Uma das ações desenvolvidas pela Campanha foram os cursos para a formação de professores para atuarem nesse nível de ensino. Com o intuito de reduzir a carência de professores para o Ensino Secundário, em 1946 o Governo Federal instituiu o Exame de Suficiência, que conferia aos aprovados “o direito de lecionar nas regiões onde não houvesse disponibilidade de professores habilitados por faculdade de filosofia” (Pinto, 2008, p. 152). A partir de 1956, a Cades passou a oferecer os cursos de formação como preparatórios para os exames de suficiência.

No contexto educacional cearense, a Faculdade Católica de Filosofia do Ceará, FCFC, sediada em Fortaleza, ofertou o primeiro curso de licenciatura em Matemática do qual temos conhecimento. O curso foi autorizado em 1947 (Brasil, 1947) e reconhecido em 1950 (Brasil, 1950). A Universidade do Ceará, atual Universidade Federal do Ceará, UFC, criou o curso de Matemática nas modalidades Bacharelado e Licenciatura em 1961, também em Fortaleza. Em 1975, foi criada a Universidade Estadual do Ceará, Uece, pela incorporação e fusão de algumas unidades educacionais, dentre elas a Faculdade de Filosofia do Ceará³ (Ceará, 1975). Em 1970, surgiu o primeiro curso de licenciatura em Matemática fora da capital, na Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, Fafidam, em Limoeiro do Norte (Pontello, 2009).

Acreditamos, assim, que a Cades tenha sido um caminho não só para a preparação de professores para os exames de suficiência, mas para sua formação para a docência no Ensino Secundário em todo o interior do estado. Sob a responsabilidade da Inspeção Seccional de Ensino do Ceará, órgão vinculado ao MEC, tendo à frente o professor Lauro de Oliveira Lima, os cursos se realizavam nos meses de férias escolares, em Fortaleza, porém agregavam professores secundários do interior do estado e estados vizinhos, na condição de “alunos-mestres”.

Escolhemos como trajeto metodológico para esta pesquisa a História Oral, vista como “uma forma de motivar narrativas e registrar as narrativas manifestadas oralmente” (Garnica, 2015a, p. 184). Nessa perspectiva, realizamos entrevistas com pessoas envolvidas direta ou indiretamente com a Cades com o intuito de conhecer suas histórias e, com elas, as histórias da Cades.

A diversificação de fontes constitui-se numa busca de diferentes perspectivas que possam contribuir na construção da narrativa histórica pretendida. Conforme Garnica (2015, p. 42), quando se faz uso da História Oral na concepção que

³ A FCFC foi encampada pelo Governo do Estado do Ceará pela lei estadual 8.423, de 03 de fevereiro de 1966. A partir dessa data, passou a denominar-se Faculdade de Filosofia do Ceará, Fafice.

abraçamos, trata-se

de iniciar um processo a partir de uma perspectiva singular, a da narrativa de um sujeito situado, e ir aos poucos abrindo esse diálogo, incorporando escritos e informações outras, ampliando essa perspectiva não para checar a (ou chegar à) verdade do sujeito, mas para criar um enredo plausível no qual narrador e ouvinte se reconheçam: um enredo que narrador e pesquisador julguem significativo como parte do acervo de que dispõem para conhecer determinado aspecto do mundo.

Nesse sentido, além de realizar entrevistas, pesquisamos em hemerotecas e arquivos públicos diversos. Nesses últimos, os achados foram poucos. Ao nos debruçarmos sobre os acervos, deparamo-nos com o descuido e o descaso que a maioria das instituições envolvidas vêm tendo com seus documentos. Percebemos algum cuidado na guarda e preservação de papéis relativos à prestação de contas e a pagamentos, ou seja, estão disponíveis documentos referentes a operações financeiras. Registros de aulas, frequência de alunos, planos e projetos de cursos e disciplinas não foram localizados em qualquer dos arquivos pesquisados.

Tivemos mais sorte com as hemerotecas. Conseguimos localizar em jornais artigos e notas referentes à Cades, a professores envolvidos nos cursos ofertados, à Inspeção Seccional do Ceará e a assuntos educacionais da época, que nos auxiliam na compreensão dos contextos escolar, educacional e social do período estudado.

Nas trilhas da pesquisa: arquivos e hemerotecas

Iniciamos o caminho da pesquisa nas hemerotecas. Muito mais que uma escolha, esse foi um desenho que se fez no desenrolar dos processos da investigação. Enquanto não obtínhamos o parecer do Conselho de Ética em Pesquisa da UFMG (Coep/UFMG), concedendo o aval necessário para as entrevistas, a pesquisa em periódicos e documentos era a ação possível para a busca de informações. Na sequência da investigação, as ações ocorreram, muitas vezes, de forma concomitante, pois quando recebemos o parecer positivo do Coep/UFMG iniciamos as entrevistas, mas continuamos as buscas em arquivos e hemerotecas.

Neste trabalho, apresentamos o percurso feito na busca de informações sobre nosso objeto. No entanto, como os achados nos arquivos públicos foram poucos e ainda não temos autorização para a publicação dos textos oriundos das entrevistas, fixamos nosso foco nas notícias de jornal.

Nos arquivos

Segundo Bacellar (2008, p. 48)

[...] o pesquisador desavisado pode se decepcionar ao chegar aos arquivos públicos. Em particular se estiver interessado na documentação pública relativa ao século XX, as ausências serão muito sentidas. De modo geral, o déficit de recolhimento da documentação pública mais recente, em especial da República, é algo bastante evidente. Os arquivos públicos tiveram, ao longo do século XX, grandes dificuldades em manter a continuidade do processo de recolhimento documental.

Mesmo tendo conhecimento da realidade descrita pelo autor, a busca nos

arquivos foi desestimulante. Vários foram os arquivos visitados, mas os resultados foram poucos.

Fomos ao Arquivo Nacional, nas sedes do Rio de Janeiro e de Brasília. No Rio de Janeiro, o arquivista buscou documentos do período pesquisado com os termos “Lauro de Oliveira Lima”, “Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário”, “Cades”, “Inspetoria Seccional”. Foi encontrada a referência da portaria de nomeação do professor Lauro para a Inspetoria de Ensino. Esse documento não está digitalizado e foi o único encontrado neste Arquivo.

Em Brasília, encaminhamos mensagem eletrônica ao Arquivo Nacional com uma apresentação geral da pesquisa. Recebemos, pela mesma via, a relação do material do Ministério da Educação em seu acervo e o agendamento de dia e horário para a consulta presencial. Na seleção prévia que fizemos para a consulta, constatamos que quase a totalidade das pastas eram das décadas de 1970 e 1980. Já na sala que nos foi reservada, solicitamos as caixas em cuja descrição não constava a data do material armazenado, relativas ao Ensino Secundário ou à Diretoria do Ensino Secundário do MEC, DES/MEC. Analisamos, também, caixas com relatórios ou avaliações de “Projetos Prioritários” dos anos finais da década de 1960 e início de 1970. Não localizamos documentos de interesse para a pesquisa.

Em 1970, houve uma reestruturação do MEC, normatizada pelo Decreto Federal n. 66.967, de 27 de julho de 1970. Nessa nova estrutura, foram criadas as Delegacias Regionais do Ministério da Educação, DEMEC, que resultaram da transformação das Inspetorias Regionais, Seccionais e outros órgãos de representação do MEC nos estados.

As DEMEC, por sua vez, foram extintas em 1998 (Brasil, 1998). Os servidores desses órgãos foram redistribuídos, preferencialmente para órgãos e setores do próprio Ministério. No Ceará, os que permaneceram em Fortaleza assumiram funções no Instituto Federal do Ceará, IFCE, ou na UFC.

Uma ex-servidora da DEMEC-CE, lotada na UFC e que participou do grupo de inventariantes daquela delegacia quando de sua extinção informou-nos que todos os documentos foram enviados ao Arquivo Central do MEC, em Brasília. Essa informação é corroborada por Franco (2008, p. 51), que afirma que:

A documentação dessas DEMEC foi encaminhada ao Arquivo Central do MEC, que não tinha condições nem física (sic) nem de pessoal para receber essa demanda adicional, dificultando o ‘descarte’ de documentos dentro da periodicidade legal e a execução de rotinas simples como absorção e arquivamento de novos processos e documentos. Estimou-se que havia 3 milhões de processos ali armazenados.

Diante disso, fomos ao Arquivo Central do MEC, em Brasília. A arquivista nos deu acesso às pastas provenientes da DEMEC-CE. Todas eram datadas a partir de 1970. Consultamos as mais antigas, com datas próximas a 1970.

Os documentos arquivados, em sua maioria, eram folhas de pagamento. Em algumas pastas, estavam memorandos encaminhando folha de frequência de servidores, dentre eles Inspetores de Ensino. Um dos memorandos, com data de 29 de fevereiro de 1972, foi dirigido ao setor de contabilidade por José Maria Campos de Oliveira, então Inspetor Seccional de Fortaleza.

Sabemos que o professor Lauro de Oliveira Lima foi Inspetor Seccional em

Fortaleza de 1953 a 1963, quando assumiu a pasta da DES/MEC, deixando o comando da Inspetoria Seccional com o Inspetor Hugo Frota de Magalhães Porto. Com as reformas feitas a partir do Golpe Militar, quem assumiu a pasta foi o Inspetor José Maria Campos de Oliveira, citado anteriormente.

Nada de mais relevante foi encontrado nesse acervo.

No Arquivo do Conselho Nacional de Educação, também em Brasília, fomos informadas da inexistência de documentos das DES/MEC em seu acervo. A arquivista informou-nos que, em muitos lugares, os documentos ficaram sob a responsabilidade da universidade federal mais próxima. No nosso caso, seria a UFC, em Fortaleza.

Nosso primeiro contato com o Arquivo Central da UFC foi por telefone e, a pedido do arquivista, posteriormente por mensagem eletrônica. Em sua resposta, informou-nos sobre a existência de diversos arquivos na Instituição e que havia encaminhado a mensagem a todos eles. Sugeriu uma visita à Secretaria do Departamento de Matemática e pediu que fizéssemos a mesma solicitação via e-SIC, “Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão [que] permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação, acompanhe o prazo e receba a resposta da solicitação realizada para órgãos e entidades do Executivo Federal” (CGU, 2016).

Recebemos cinco respostas pelo sistema, que reproduziram as recebidas pelo correio eletrônico. Três informaram a inexistência de documentos relativos à solicitação. Uma sugeria que pesquisássemos nos arquivos do MEC e na Secretaria de Educação do Estado, SEDUC-CE. A quinta resposta nos informou a existência dos registros de alunos do Curso de Matemática da UFC, solicitando que encaminhásemos detalhes das informações pretendidas. De posse desses dados, eles mesmos fariam a pesquisa, visto não poderem, por questões legais, nos proporcionar acesso direto aos documentos.

Ao MEC, já tínhamos ido e as informações sobre alunos do curso de licenciatura não se relacionam com nossa pesquisa. Fomos ao arquivo da SEDUC-CE. Existem dois tipos de documentos em seu acervo: um bloco relativo à vida escolar dos alunos e outro à vida funcional dos servidores. Os outros documentos da Secretaria são encaminhados aos arquivos públicos do estado. Para o acesso a informações dos servidores é necessário fornecer seu nome completo ou número de matrícula.

A pesquisa que pretendíamos, inicialmente, ficou inviabilizada. Tínhamos a intenção de buscar, em números, os professores da rede estadual que haviam cursado a Cades e prestado o Exame de Suficiência. Para ter acesso a essa informação, teríamos que buscar os servidores um a um, por nome ou número de matrícula, dados que não estavam disponíveis. Como amostra, solicitamos as fichas funcionais das alunas-mestras que entrevistamos, pois sabíamos que, em algum momento de sua vida profissional, tiveram vínculo com a rede estadual de ensino. Não foi possível identificar essas informações nas fichas pois, apesar de haver dados de progressão funcional, as justificativas registradas referem-se apenas à identificação das normas que as possibilitaram.

Ainda à cata de documentos, estivemos no Arquivo Público do Estado do Ceará. O prédio estava em obras e parte de seu acervo está em outro edifício do

Governo do Estado. Nesse espaço não estão os documentos do período pesquisado, nem há material referente à Educação. Fomos informadas que, se houvesse tais papéis, estariam no Arquivo Intermediário da Secretaria de Cultura do Estado, em outra edificação.

O funcionário do Arquivo Intermediário nos recebeu muito bem, no entanto, não tinha boas notícias. Segundo ele, os documentos que procurávamos, se é que estavam ali, não estavam organizados. Eram pacotes amarrados com barbante, alguns colocados nas prateleiras, mas a maioria estava no chão. Foram entregues naquele Arquivo sem aviso e não havia espaço para acondicioná-los. Mesmo assim, ele reservou, em uma pequena sala, em meio a estantes repletas de livros e papéis, uma mesa com cadeira para que pudéssemos pesquisar os pacotes. O estado de conservação dos papéis variava de precário a médio.

A maior parte dos pacotes era do final da década de 1950. Encontramos poucos de 1960 até 1965. Eram, em sua maioria, comunicações entre as escolas, especialmente do interior do estado, incluindo escolas rurais, dirigidas ao Secretário de Educação. Nas comunicações, havia pedido de nomeação de professores, comunicados de férias e licenças, solicitações de substituição. Encontramos somente uma solicitação de afastamento para que a professora se qualificasse, em um curso na região sul do país, mas esse curso não era oferecido pela Cades. Não localizamos referências à Cades nem à Inspetoria Seccional nas comunicações.

Alguns pacotes traziam folhas de pagamento dos professores do Liceu do Ceará e do Instituto de Educação Justiniano de Serpa, ambos localizados em Fortaleza. Nessas folhas de pagamento, constam nomes de muitos dos professores que atuaram nos cursos da Cades, inclusive do professor Lauro. Esse foi o único achado que julgamos relevante.

Nas hemerotecas

Estivemos na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, equipamento do estado do Ceará. Parte de sua hemeroteca está microfilmada e isso inclui o acervo das décadas pesquisadas. Como o prédio da biblioteca está fechado para reforma desde 2015, a parte do acervo que permaneceu nas instalações originais não pôde ser consultada e o restante, que está em instalações provisórias até que se encerrem as obras, apresenta condições muito precárias de acesso. Essa realidade tornou praticamente impossível a consulta aos jornais nesse local.

A Hemeroteca Digital do Portal da História do Ceará (2018) disponibiliza “um acervo sempre crescente, fruto do trabalho de digitalização nas Hemerotecas do Instituto do Ceará, Academia Cearense de Letras e de alguns colecionadores particulares”. Em consulta a esse acervo, identificamos muitos dos jornais que pesquisaríamos na Biblioteca. Dessa forma, acreditamos não ter havido perda significativa na dificuldade de acesso relatada.

Pesquisamos, no Portal, o nome “Lauro de Oliveira Lima”, no período de 1950 a 1970, em jornais. Nas ocorrências encontradas, as notícias e notas versam sobre assuntos diversos, com destaque para atuação desse educador como Inspetor Seccional. São noticiados temas pertinentes ao Ensino Secundário, como adoção de livros didáticos, valor de mensalidades escolares, currículos, Conselho de Pais, dentre outros. Localizamos, também, notas sobre a participação do Inspetor Lauro em cerimônias de formatura, eventos da União dos Estudantes

Secundaristas e dos sindicatos de professores e patronais, em muitos deles como palestrante ou conferencista. Além desses temas, existem notícias relativas à Cades, seja divulgando cursos, recebimento de materiais, deslocamento de professores para ministrar cursos da Campanha tanto de Fortaleza para outras localidades como no sentido inverso. Há, também, artigos com referências a outros cursos ofertados pela mesma Campanha e entrevistas com seus professores.

Para a expressão “Inspetoria Seccional”, sem limitação de data, a primeira ocorrência é de 1955 e noticia a nomeação de Lauro de Oliveira Lima como Inspetor Seccional do Ceará. As ocorrências seguem, ano a ano, quase todas com o nome do professor Lauro. As últimas notícias são de 1964 e trazem informações sobre um conflito entre escolas e inspetoria relativo à definição do valor das mensalidades escolares.

A consulta a “curso” e a verificação das ocorrências dessa palavra nos jornais indicados revelou apenas duas referentes a cursos da Cades de 1962 que antes não haviam sido localizadas.

Na Hemeroteca Digital Brasileira encontramos, com o uso do verbete “Cades”, somente uma notícia publicada no Ceará, de abril de 1959, no *Ipu em Jornal*, folha mensal da cidade de mesmo nome. O artigo intitulado *Pelas Searas da Inteligência* faz uma leitura da situação educacional ipuense da época. Destaca que “há três décadas, apenas em três cidades do interior cearense se ministrava o ensino secundário. Para os pais de posses medianas era sacrifício ingente a educação dos filhos. Deve-se à C.A.D.E.S o surto de ginásios no território nacional, especialmente no interior cearense” (Timbó, 1959, p.2).

Ampliando a pesquisa para os periódicos em todo o território nacional nas décadas de 1950 e 1960, os três jornais com maior número de notícias são do Rio de Janeiro, capital federal até 1960. Da mesma maneira que ocorreu na hemeroteca cearense, nem todas as notícias são sobre a Cades, mas sobre a Campanha em nível nacional estão em maior proporção. Os temas abordados são também os mesmos, obviamente sem o destaque que é dado, no Ceará, ao professor Lauro de Oliveira Lima. As pessoas mais citadas são os diretores da DES/MEC, o professor Armando Hidelbrando, entre 1953 e 1956, e posteriormente, o professor Gildásio Amado, que o substituiu.

A Cades e a formação docente no Ceará: o que diziam os jornais?

Entre janeiro de 1957 e fevereiro de 1964, encontramos notícias sobre a oferta dos cursos em Fortaleza em jornais da época, especialmente em O Nordeste e Gazeta de Notícias, ambos diários. O primeiro foi “fundado em 1922 pela Igreja Católica e esteve sempre gerido por esta instituição” (Ricarte, 2009), deixando de circular em 1967. O outro teve seu primeiro número publicado em 10 de julho de 1927, encerrando suas atividades na década de 1970. Segundo Silva & Furtado (2007, p. 1), O Nordeste era considerado tradicional e voltado à defesa “da moral e dos bons costumes”. Já o Portal do Ceará (2018) nos apresenta o periódico Gazeta de Notícias com uma postura de “franco combate ao desregramento administrativo do Estado”.

O primeiro curso da Cades noticiado ocorreu em janeiro de 1957. O jornal O Nordeste de 10 de janeiro daquele ano informa que foram registradas 385

inscrições, entre alunos da capital e do interior, em 12 disciplinas. O periódico ressaltou a relevância dessa formação, em especial para os ginásios do interior do estado, que “não podem absolutamente dispor de numerário para contratar professores da Capital, formados nas Faculdades de Filosofia”. Ainda nessa nota, informou que o interesse pelo curso estava aumentando, pois proporcionaria aos “filhos do interior” a oportunidade de “regular sua situação profissional, como também de enriquecer seu cabedal de conhecimento”, tornando-se “aptos a ministrar aulas em que, dentro do espírito da pedagogia moderna, haja ciência e vida” (O Nordeste, 10 jan. 1957, pp. 2, 8). A mesma matéria destacou o esforço do professor Lauro em fazer cumprir esses objetivos, para os quais o curso foi criado.

Nessa mesma notícia, foram informadas as disciplinas ministradas e seus respectivos professores. Para o curso de Matemática, estavam escalados “os professores Dr. Valdo Rios (Didática) e Ari de Sá Cavalcante (Conteúdo)”⁴, com 48 alunos-mestres inscritos.

Em julho do mesmo ano, foram ofertados os cursos de Química e de Secretariado. O jornal informou a participação de 43 alunos religiosos e religiosas no segundo curso, com 75 inscritos. Realçou, ainda nesse curso, a presença de paraenses, maranhenses e piauienses. No curso de Química, comentou, quanto aos participantes, que “o número foi bem menor, naturalmente. Mas o êxito foi também perfeito”. Por fim, parabenizou “à Cades e à Seccional pelo bom resultado conseguido” (O Nordeste, 01 ago. 1957, pp 1, 6).

Para o curso de janeiro de 1959, O Nordeste noticiou a inscrição de quase 300 candidatos para o curso da Cades, ainda em dezembro de 1958. A maioria dos alunos-mestres era do interior, oriundos de cerca de 50 cidades, pois em Fortaleza já havia cursos de licenciatura na Faculdade de Filosofia. Houve, também, participantes de estados vizinhos, como Piauí, Maranhão e Rio Grande do Norte. Pela primeira vez, foram ofertadas todas as disciplinas do curso ginásial, com exceção de Educação Física. Para essa versão do curso, foram convidados professores do Rio de Janeiro e de São Paulo e os professores do Ceará ministraram cursos em outros estados, como Minas Gerais, Piauí, Pará e Paraíba.

A Gazeta de Notícias, em 27 de dezembro de 1959, informou a ocorrência de cursos da Cades em Fortaleza e no Crato, cidade do extremo sul do Ceará, na região do Cariri, com início previsto para 04 de janeiro de 1960. Até então, estavam inscritos 200 candidatos. Segundo o jornal, constituiu-se novidade, naquele ano, a exclusão do Latim. Foram relacionadas as disciplinas ministradas e os respectivos professores. Em Fortaleza, ficaram responsáveis pela Matemática Roberto Peixoto e Paulo Ayrton de Araújo e, no Crato, os professores da área foram Padre David Moreira e Nilson de Oliveira.

Sobre esses professores, sabemos que Paulo Ayrton de Araújo foi professor de Matemática do Colégio Militar de Fortaleza; foi citado por uma aluna-mestra em

⁴ Valdo Rios dá nome a uma rua da cidade de Fortaleza e a uma Escola Municipal de Ensino Fundamental, EMEF, em Itarema, interior do Ceará. Ari de Sá Cavalcante é fundador de uma rede particular de ensino de grande porte em Fortaleza e dá nome ao colégio fundado por seu filho. Foi professor e diretor da Faculdade Estadual de Economia, que se federalizou em sua gestão (Cavalcante, 2002). Consta como coautor do livro “A Escola Secundária Moderna”, publicado por Lauro de Oliveira Lima em 1962.

sua entrevista. Padre Davi Augusto Moreira era cientista e músico, professor de Física, Química e Matemática. Conforme Santos (2011, p.80), era “respeitado pela sua inteligência privilegiada e apreciável talento para a música, tocava vários instrumentos [...] e pelo grande conhecimento e curiosidade na área das Ciências”. A respeito dos outros dois, não encontramos referências.

A notícia é finalizada com uma nota que tem por subtítulo “Honra para o Ceará”, com o seguinte texto: “Na verdade constitui-se uma honra para o Ceará a indicação pelo Ministério da Educação e Cultura para a direção do curso em Belorizonte, o Professor José Aluísio Aragão, em Teresina, o Professor Evaristo Linhares Lima, e em Londrina, no Paraná, o Inspetor Seccional Lauro de Oliveira Lima” (Gazeta de Notícias, 27 dez. 1959, p. 3).

Os professores citados na nota são cearenses, sendo que José Aluísio Aragão substituiu Lauro na DES/MEC após o Golpe Militar de 1964. Tanto ele quanto Evaristo Linhares Lima são coautores do livro “A Escola Secundária Moderna”⁵.

O curso ofertado em janeiro de 1961 teve cerca de 600 alunos inscritos em 13 áreas, incluindo Matemática. Novamente destaca-se que a maioria dos alunos-mestres cearenses era do interior, pois os estudantes de Fortaleza tinham autorização para frequentar os cursos das disciplinas não ofertadas pela Faculdade de Filosofia, que na época eram: Ciências, Desenho, Trabalhos Manuais, Canto Orfeônico, Física e Química. Nesse ano também se inscreveram alunos de outros estados do Nordeste e do Norte, porém a notícia não especifica esses estados (O Nordeste, 02 fev. 1961).

O periódico destacou a atuação do professor Lauro de Oliveira Lima como Orientador Educacional dos cursos, após três anos desempenhando o mesmo papel em outras localidades. Informou que foram convidados dez professores de fora do estado e vinte locais, sendo dois do interior. Os cursos teriam duração de 4 semanas completas, de 09/01 a 04/02, com 8 horas diárias de trabalho, “compreendendo trabalhos teóricos e práticos – aulas, conferências, círculos de estudo, aulas práticas, pesquisas, excursões culturais, ‘enquetes’, atividades de socialização etc” (O Nordeste, 02 fev. 1961, p.2).

A notícia evidenciou a contribuição dos cursos da Cades para a formação de professores, “prossequindo de ano para ano o trabalho de difusão e aperfeiçoamento do ensino secundário nos mais longínquos rincões do *hinterland*⁶ cearense, na medida em que os mestres se formam e aperfeiçoam, criando por sua vez, ao regressarem as suas terras, verdadeiros focos de cultura destinados a uma irradiação imprevisível em todo o território do Estado” (O Nordeste, 02 fev. 1961, p.2).

Na relação de professores que ministraram os cursos daquele ano, constam,

⁵ Lima (1962) registrou nesse livro os nomes dos professores que atuaram na CADES do Ceará como coautores da obra, pois assevera que ela é composta pelo material escrito e usado pelos professores nos cursos de formação. Trata-se de professores da área de educação e das diversas áreas de formação atendidas pela Cades.

⁶ Interior

para o curso de Matemática, na Didática, Luiz Alberto dos Santos Brasil e no Conteúdo, Francisco de Mello Jaborandy. Luiz Alberto era “graduado em Engenharia, foi professor de Matemática com contribuições publicadas sobre a Didática da Matemática segundo o ponto de vista piagetiano” (Baraldi & Gaertner, 2014, p. 36). É coautor do livro “A Escola Secundária Moderna” e foi citado por quase todos os entrevistados como referência no ensino de Matemática. Francisco de Mello Jaborandy foi diretor do Liceu do Ceará no início da década de 1960 e foi citado por uma das entrevistadas como um dos bons professores de Matemática da época.

Sobre o curso ocorrido em janeiro de 1962, localizamos duas notas, uma no dia 03 e outra no dia 08. A primeira informava o início no dia 08/01, com duração até 03/02. Havia mais de 500 inscritos, distribuídos entre as áreas ofertadas. A notícia trazia, também, que seriam ministrados 14 cursos, abrangendo, assim, todo o Ensino Secundário.

No entanto, a nota do dia 08/01 informou que estariam disponíveis somente as disciplinas de Química, Física e História Natural e que, em breve, seriam ofertadas as outras disciplinas. A nota se encerra asseverando que a Cades ofertava anualmente esses cursos “em todas as capitais do país, para superar a deficiência do nosso professorado secundário”. Não encontramos informações, em jornais, sobre a oferta do restante das disciplinas. No entanto, duas alunas-mestras entrevistadas cursaram Cades de Matemática em 1962, o que nos leva a crer que, posteriormente, houve a oferta de outras disciplinas.

No jornal de 06 de fevereiro de 1963, foi publicada uma nota sobre o curso que se encerraria “no próximo sábado” e que havia se iniciado em janeiro. Chamou-nos a atenção nessa notícia a informação sobre as inscrições, que transcrevemos: “estão **inscritos** no curso 600 **professôras** do interior, o que demonstra o elevado interesse que despertam os cursos, especialmente no tocante à didática especializada e geral a que se dá particular destaque durante os trabalhos do curso” (O Nordeste, 06 fev. 1963, p. 5, negritos nossos).

Nesse trecho, ficamos em dúvida se eram somente mulheres matriculadas, ou seja, se há um equívoco na palavra inscritos, escrita no masculino, ou em professoras, no feminino. Na sequência da notícia, o periódico informa que aproximadamente 10% “dos inscritos” deveriam ser indicados para prestar exame de suficiência. E prossegue:

Dessa forma, quase 60 **professôras** deverão submeter-se aos exames, que nem sempre são fáceis, em virtude de constar de duas partes: parte de conteúdo (prova objetiva, ampla, que exige segurança nos conhecimentos) e prova didática que consiste em o aluno-mestre dar aula para ser apreciada, em seus aspectos de manejo de aula e desenvolvimento de exposições e verificação de aproveitamento dos alunos (O Nordeste, 06 fev. 1963, p.5, negrito nosso).

Repete-se, aí, a controvérsia na informação: inscritos, no masculino e professoras, no feminino. Apesar de não estarem inscritas(os) exclusivamente no curso de Matemática, nesse público estão inseridas(os) alunas(os)-mestres da área. Isso nos leva a refletir que “a história da formação de professores que ensinam matemática no Brasil é uma história em que o feminino tem que ser levado em conta” (Gomes, 2016, p.124). Apesar do estudo da autora se direcionar a

professores dos primeiros anos de escolaridade, para o período e formação estudados nesta pesquisa acreditamos ser importante aguçar o olhar para essa característica.

Conforme Pinto (2008, p. 151, **negrito nosso**), “o corpo docente do ensino secundário era basicamente constituído por profissionais liberais (advogados, farmacêuticos, médicos, engenheiros), padres e **normalistas**”. Vale salientar, ainda, que as três alunas-mestras que entrevistamos foram normalistas. Ainda não temos dados para aprofundarmos a análise nessa direção, mas pode ser um indício de algo a ser estudado. Afinal, segundo Ginzburg (1990, p. 157), “o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural”, sendo impossível ao historiador experienciar seu objeto de estudo. Dessa forma, cabe-lhe, a partir de indícios, “remontar uma realidade complexa não experimentada diretamente” (Ginzburg, 1990, p. 152).

Outro aspecto que a notícia destacou foi o que designou como “peso”, na realização dos cursos no ano em questão, pois funcionaram em oito locais distintos. Transcrevendo uma fala do professor Lauro, informaram que “a solução aceitável foi dar o máximo de liberdade aos professores que dirigem cada curso”. A nota se encerra com a expectativa de que “o rendimento dos cursos seja tão alto quanto em anos anteriores” (O Nordeste, 06 fev. 1963, p. 5).

Com relação ao curso de janeiro de 1964, não encontramos informações. Localizamos uma nota do dia 29 de janeiro informando que o Diretor do Ensino Secundário do MEC, Lauro de Oliveira Lima, solicitou

aos dirigentes do curso da Cades a síntese dos trabalhos apresentados pelos alunos e aprovados pelos professores para fins de publicações mimeográficas pelo MEC e que serão posteriormente vendidas aos alunos do curso médio, evitando maiores despesas com a compra de livros (O Nordeste, 29 jan. 1964, p.4).

Algumas hipóteses podem ser levantadas quanto a essa aparente ausência de notícias sobre o curso da Cades de janeiro de 1964 e, conforme nossa pesquisa, a partir desse ano. O início do ano de 1964 foi particularmente agitado em termos políticos, desembocando no Golpe Militar em 31 de março. Os jornais, obviamente, focalizaram bastante desse quadro. Essa agitação atingiu todas as áreas de atuação do Governo Federal, o que inclui o MEC e todas as suas ações.

Um tema que ocupou muito espaço nos periódicos cearenses nesse período foi um impasse entre o MEC e as instituições particulares de Ensino Secundário, que durou de janeiro a março, pelo levantamento que fizemos, em relação ao valor das anuidades escolares. Ainda em janeiro, foi determinada, pelo Ministério, a suspensão das matrículas, até que se chegasse a um acordo. Ao longo desses meses, foram muitas as notícias e notas relativas a esse tema.

Em 09 de março daquele ano, O Nordeste noticiou o prazo para recebimento, por parte da Inspeção Seccional, das tabelas encaminhadas pelas escolas, sugerindo os valores de anuidades a serem praticadas para o ano de 1964. Informou, ainda, que, conforme Hugo Porto, Inspetor Seccional, os estabelecimentos que deixassem de enviar as referidas tabelas estariam “sujeitos a sofrer penas, ameaçados até mesmo de ter suas licenças cassadas” (O Nordeste, 09 mar. 1964, p. 7). Em paralelo a esse debate, acontecia a luta salarial dos professores do Ensino Secundário, tanto da rede pública quanto da rede privada,

que a mídia impressa também comentou com destaque.

Outro aspecto que pode ter arrefecido a presença da Cades nos jornais foi o início da extinção da Campanha e de seus cursos. Apesar de termos conhecimento de cursos da Cades no Ceará até o início da década de 1970, conforme nos informou uma das entrevistadas, é nossa hipótese que o aumento da oferta de licenciaturas em Fortaleza, especialmente pela estadualização da Fafice e, posteriormente, com a criação da Uece⁷, fez com que a Cades se destinasse mais ainda a atender à necessidade do interior do estado, tirando-a do foco das notícias da capital.

Conforme Pinto (2008, p.164), “não sabemos as razões que determinaram a extinção da Cades. Podemos, no entanto, levantar algumas hipóteses”. A autora considera como primeira hipótese que, por ser uma Campanha, seria efêmera e era natural que fosse extinta. E pondera que “a segunda hipótese complementa a primeira e aponta na direção de que a Cades tenha sido extinta em decorrência da expansão do ensino superior a partir da segunda metade da década de 1960”. Ocorreu, então, uma gradual extinção dos motivos que levaram à criação da Cades, culminando, lentamente, com o seu desaparecimento.

Considerações Finais

As notícias que localizamos nos jornais acerca dos cursos da Cades e as falas de nossos entrevistados expressam a ideia de que esses cursos foram muito relevantes para a formação de professores secundários no Ceará.

Além disso, sobressai-se, nessas fontes, a figura de Lauro de Oliveira Lima. A frequência com que seu nome aparece, nos jornais da época consultados, atesta em favor de sua relevância para a educação cearense e podemos perceber o reconhecimento de seu trabalho para a melhoria da qualidade do Ensino Secundário na capital e no interior.

O registro de muitos convites a ele para participação em eventos de instituições diversas, como sindicatos, agremiações de estudantes, colégios e ginásios, nos parece mostrar a importância dada ao Ensino Secundário e, em consequência, à formação de professores para esse nível e àquele que a promovia, pelo que parece, em nível de excelência.

Identificamos, ainda, que o currículo trabalhado nos cursos era tido como um diferencial importante. Os alunos-mestres cursavam duas disciplinas: uma de Didática e outra de Conteúdo. A diversidade de métodos e técnicas de ensino aplicados, possibilitando trabalhos teóricos e práticos, também é destacada. Essa realidade era tida como inovadora e encaminhava a formação dos professores de forma que o Ensino Secundário se alinhasse com tendências pedagógicas inovadoras.

Especialmente nos jornais pesquisados, as notícias sobre a Cades foram positivas e, muitas vezes, assumiram tom laudatório. Isso nos indica a necessidade

⁷ Conforme Farias, Therrien, Nóbrega-Therrien & Sales (2011), “desde os primeiros anos de sua existência, a instituição (Uece) tem investido na atividade de ensino, dando ênfase à formação de professores”.

de buscarmos conhecer melhor esses periódicos no intuito de compreender a razão desse apoio tão explícito. DeLuca (2008, p. 140) atesta

a importância de se identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas, além de fornecer pistas a respeito da leitura de passado e de futuro compartilhada por seus propugnadores.

Por outro lado, a constatação, até o momento em que escrevemos, da existência de poucos registros documentais e mesmo poucos trabalhos de pesquisa que se refiram a ações da Cades no Ceará nos leva a refletir a respeito da repercussão social e institucional dessas ações no estado. Nossa investigação indica que muitos professores atuaram nas escolas secundárias por terem se submetido aos exames de suficiência e nada se conta sobre isso. Entendemos que, em nível nacional, conforme Baraldi e Gaertner (2013, p. 2) “quando se estuda a formação de professores no Brasil, se adota uma postura elitista e centralizadora, focando somente os grandes centros e partindo de instituições de ensino consideradas tradicionais”. Essa afirmação é adequada à História da Educação no Ceará, cujos estudos têm desconhecido a Cades, passando da atuação dos professores leigos à dos licenciados.

O que apresentamos nesse texto é apenas uma parte de nossa pesquisa. Pretendemos analisar as narrativas dos entrevistados, aprofundarmo-nos nos estudos de e sobre Lauro de Oliveira Lima e buscar mais leituras sobre a educação cearense ao longo do tempo.

Referências

- Bacellar, C. (2008). Fontes documentais: Uso e mau uso dos arquivos. In C. B. Pinsky, C. Bacelar, J. Grespan, M. Napolitano, M. L. Janotti, P. P. Funari, T. R. DeLuca, V. P. Borges & V. Alberti. *Fontes Históricas* (pp. 23 – 80). São Paulo: Contexto.
- Baraldi, I. M. & Gaertner, R. (2013). *Textos e contextos: um esboço da CADES na História da Educação (Matemática)*. Blumenau: Editora da FURB.
- Baraldi, I. M. & Gaertner, R. (2014). Formação de professores (de Matemática): textos e contextos de uma Campanha. *Revista Dynamis*. Blumenau: FURB, 20 (1), p. 28-38. Disponível em: <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/dynamis/article/view/5121>
- Cavalcante, O. S. (2002). Histórico. *Colégio Ari de Sá*. Retirado em 15 de julho de 2018, de: <http://www.aridesa.com.br/pagina/institucional/historico.aspx>
- Controladoria Geral da União (CGU). (2016). *Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão – e-SIC*. Disponível em: <https://esic.cgu.gov.br/sistema/site/index.aspx>
- Decreto Estadual n. 11.233 de 10 de março de 1975*. (1975) Homologa a criação da Universidade Estadual do Ceará, aprova o respectivo Estatuto e dá outras providências. Disponível em: www.enaphem.com

<http://pesquisa.doe.seplag.ce.gov.br/doepesquisa/sead.do?page=visualizador&md=16&action=VisualizaImagem&idDiario=11588&numPagina=1087&keyfile=SEADDO.0143VF3.2D7I223>.

Decreto Federal n. 22.974 de 22 de abril de 1947. (1947) Autoriza o funcionamento de cursos da Faculdade Católica de Filosofia do Ceará. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-22974-22-abril-1947-378344-publicacaooriginal-1-pe.html>.

Decreto Federal n. 28.370 de 12 de julho de 1950. Concede reconhecimento aos cursos de filosofia, letras clássicas, letras neolatinas, geografia e história e de matemática da Faculdade Católica de Filosofia do Ceará. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-28370-12-julho-1950-326482-publicacaooriginal-1-pe.html>.

Decreto Federal n. 34.638 de 17 de novembro de 1953. (1953). Institui a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D34638.html.

Decreto Federal n. 66.967, de 27 de julho de 1970. (1970). Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66967-27-julho-1970-408779-publicacaooriginal-1-pe.html>.

Decreto Federal n. 2.890, de 21 de dezembro de 1998. (1998). Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Educação e do Desporto, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2890.htm.

DeLuca, T. R. (2008). Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In C. B. Pinsk, C. Bacellar, J. Grespan, M. Napolitano, M. L. Janotti, P. P. Funari, T. R. DeLuca, V. P. Borges & V. Alberti. *Fontes Históricas* (pp. 111-145). São Paulo: Contexto.

Farias, I. S., Therrien, J., Nóbrega-Therrien, S. M. & Sales, J. A. M. (2011). Formação de professores: a responsabilidade social da Universidade Estadual do Ceará. In Revista Educação Brasileira (pp. 1-14). Brasília: Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB. Disponível em: <http://www.crub.org.br/revista-educacao-brasileira/>.

Fatos Históricos. (2008). Portal do Ceará. Retirado em 07 de agosto de 2018, de: <http://www.ceara.pro.br/Pesquisas/MenuPesquisa.php>.

Franco, L. (2008). *A extinção das DEMEC: o impacto para as auditorias in loco no âmbito do FNDE. TCC em Gestão de Programas e Projetos Educacionais.* Brasília: Universidade de Brasília. Retirado em 13 de setembro de 2017, de: <http://bdm.unb.br/handle/10483/1507>.

- Garnica, A. V. M. (2015). História Oral em educação matemática: um panorama sobre pressupostos e exercícios de pesquisa. *História Oral*. Associação Brasileira de História Oral, 18, 2, 35-53.
- Garnica, A. V. M. (2015a). O pulo do sapo: narrativas, história oral, insubordinação e educação matemática. In D'Ambrósio, B. S.; Lopes, C. E. (Orgs.) *Vertentes da subversão na produção científica em Educação Matemática* (pp. 181-206). Campinas: Mercado de Letras.
- Gazeta de Notícias*. (Várias edições). Disponível em: <http://portal.ceara.pro.br/>.
- Ginzburg, C. (1990). *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história* (F. Carotti, Trad.). São Paulo: Companhia das Letras.
- Gomes, M. L. M. (2016). História da formação de professores que ensinam Matemática: no livro de memórias de uma professora paulista. *Revista de História da Educação Matemática – Histemat*. Sociedade Brasileira de História da Matemática – SBHMat, 2 (3). p.117 – 133. Disponível em: <http://histemat.com.br/index.php/HISTEMAT/article/view/107/75>.
- Lima, L. O. (1962). *A Escola Secundária Moderna* (organização, métodos e processos). Rio de Janeiro: INEP/MEC.
- O Nordeste*. (Várias edições). Disponível em: <http://portal.ceara.pro.br/>.
- [Pinto, D. C. \(2008\). Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário: uma trajetória bem-sucedida?. In A. W. Mendonça & L. N. Xavier \(Orgs.\). Por uma política de formação do magistério nacional: o Inep/MEC dos anos 1950/1960 \(pp. 145–177\). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.](#)
- Pontello, L. S. (2009). *Cartografia das relações de saber-poder, na formação de professores de Matemática, nas universidades públicas de Fortaleza*. Dissertação de Mestrado em Educação. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará.
- Ricarte, A. V. (2009). “O Nordeste” na década de 60: Das mudanças estruturais e ideológicas ao fechamento do jornal. In *Anais do VII Encontro Nacional de História da Mídia*. Fortaleza: Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia – ALCAR. Retirado em 10 de agosto de 2018, de: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/O%20Nordeste201d%20na%20decada%20de%2060.pdf>.
- Santos, A. M. (2011). *A Diocese do Crato e a importância do Colégio Diocesano para a sua manutenção 1914 – 1960*. Dissertação de Mestrado em Educação. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará. Retirado em 13 de julho de 2018, de: www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/7299.
- Silva, E. H. & Furtado, T. C. T. A. (2007). A mulher na mira do discurso disciplinador do jornal O Nordeste (1920 A 1940). In *Anais do XXX Congresso Brasileiro de*

Ciências da Comunicação (pp. 1-19). Santos: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Retirado em 10 de agosto de 2018, de: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R2374-1.pdf>.

Timbó, M. (1959). Pelas Searas da Inteligência. *Ipu em Jornal*, II (15), p. 1-2.

Sessão Coordenada 13

Heloisa da Silva

**O MOVIMENTO DA MATEMÁTICA MODERNA NO LITORAL PARANAENSE:
TRAJETÓRIA DO PROFESSOR PARTICIPANTE**

Ligiane de Oliveira Simões, Liceia Alves Pires, Mariliza Simonete Portela

**MATEMÁTICA MODERNA NO INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ASSIS
BRASIL: VESTÍGIOS ENCONTRADOS EM DIÁRIOS DE CLASSE**

Makele Verônica Heidt, Circe Mary Silva da Silva